

Bancos resistem à cláusula de salvaguarda para dinheiro novo

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

A missão do Banco Central (BC), que esteve com os catorze membros do "advisory committees" — comitê assessor da dívida externa brasileira — em Nova York, na terça-feira, pôde sentir a forte reação manifestada por alguns dos bancos ali representados contra a inclusão de qualquer cláusula de salvaguarda referente a empréstimos de dinheiro novo, em caso de choques externos, no pacote de renegociação plurianual da dívida do País.

"Discutimos com os bancos os cinco pontos que estão pendentes de entendimento, mas posso dizer que houve grandes avanços com relação às conversas anteriores", atestou ontem, para este jornal, o diretor da Área Externa do BC, Carlos Eduardo de Freitas, que acompanhou o presidente da instituição, Antônio Carlos Lemgruber, nos contatos desenvolvidos com o comitê assessor.

Estes cinco pontos, como se sabe, envolvem questões como o "re-lending" — re-empréstimos internos dos recursos que ficam inter-

nados no BC por conta da retenção das amortizações —, o monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI) durante o período de dezesseis anos abrangente no pacote, o "down-payment" — parcela do principal que seria quitada dentro dos prazos entre 1985 e 1988 —, a questão do fórum jurídico e a cláusula de salvaguarda do dinheiro novo.

PRAZOS

"Nada mais além disto foi colocado perante o comitê", informou Freitas, adiantando que não foi feita nenhuma referência a prazos nem mesmo às taxas de remuneração que já haviam sido acertadas no processo de entendimento desencadeado pelo governo passado. Particularmente, o diretor do BC é de opinião que o máximo a ser extraído neste pacote é o prazo de dezesseis anos de "tenor" — vida total do esquema de reescalonamento e que aponta para um prazo médio de cerca de dez anos.

Também com relação ao "spread", Freitas está convencido de que os banqueiros não farão concessões acima daquilo que já havia

sido fruto do acerto interrompido em fevereiro. "Precisamos ter em mente que já conseguimos uma boa vantagem sobre os termos fechados entre os bancos e o México, trazendo da faixa de 1,77% de 'spread' médio da fase 2 do processo de renegociação para o nível médio de 1,31% neste pacote", observou ele. Esta média resulta de exercícios que levam em conta o "spread" de 1,125% e que vai recair sobre cada parcela de amortização anual a ser rescalonada e o percentual de 1,77% de resto do estoque da dívida dentro do pacote.

Assim, dos pontos que efetivamente estão sob processo de reavaliação, o do "re-lending" é considerado pelo BC como o mais importante, tendo em vista as implicações internas consequentes do esquema de distribuição dos recursos junto aos diversos potenciais tomadores. Algumas ideias foram colocadas na mesa pela missão, do BC com o cuidado de deixar claro que o assunto precisa ainda ser amplamente discutido no País, entre os diversos ministérios da área econômica.

Quanto à questão do "dinheiro novo", o diretor do BC informou que a argumentação contrária de alguns membros do comitê tomou por base as seguintes observações: "uma cláusula de salvaguarda que indica a necessidade compulsória dos bancos em fazer novos empréstimos, em determinadas circunstâncias, pode causar mal-estar e inibir o aporte de recursos voluntários, conforme opinaram, além de criar desconforto na adega ao pacote de alguns bancos, em especial os pequenos". Outros representantes de credores mostraram-se indiferentes à inclusão da cláusula de salvaguarda, a partir do princípio de que está implícita no espírito do acordo uma retomada dos entendimentos, caso apareçam dificuldades que possam comprometer as contas externas do País.

Quanto ao monitoramento do FMI, o BC manteve a sua proposta levada em maio, no sentido de que o acompanhamento seja exercido, de modo formal, apenas durante a fase de sete anos de consolidação da dívida.